BÁRBARA GOMES NAVAS DA FRANCA

A tutela civil do concorrente: a responsabilidade civil e suas consequências

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Fernando Campos Scaff

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

BÁRBARA GOMES NAVAS DA FRANCA

A tutela civil do concorrente: a responsabilidade civil e suas consequências

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Fernando Campos Scaff.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Franca, Bárbara Gomes Navas da

A tutela civil do concorrente: a responsabilidade civil e suas consequências /

Bárbara Gomes Navas da Franca; orientador Fernando Campos Scaff --

São Paulo, 2018.

183

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) -

Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Concorrência desleal. 2. Responsabilidade civil. I. Scaff, Fernando Campos, orient. II. Título

Nome: FRANCA, Bárbara Gomes Navas da.

Título: A tutela civil do concorrente: a responsabilidade civil e suas consequências

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito Civil.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao Marcus, presente das Arcadas para minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Marcus, que acompanhou de perto cada etapa dessa jornada, por ter sido o primeiro e maior incentivador desse trabalho e minha maior motivação.

Agradeço à minha família, que cresceu ao longo da elaboração dessa dissertação em membros e em afeto. Aos meus pais Luiz e Márcia, por darem início a tudo e me terem ensinado que devemos ser melhores a cada dia. Ao meu avô José, que há bastante tempo faz o papel duplo, de avô e avó, pela constante preocupação. À minha irmã Paula, ontem pela educação e pelo incentivo, hoje pela companhia, pelo colo e por ter nos trazido o Dante, fonte inesgotável de alegria para todos nós. À minha avó postiça Vivinha, exemplo de força, fibra e bondade. À minha sogra Dulce, pela preocupação e pelo cuidado. À minha segunda sogra/tia Teca, pelo carinho.

A todos os nomeados acima por compreenderem minhas ausências e inquietudes.

Agradeço às amigas Irena e Isabela, pela paciência, pela companhia e pelas risadas.

Aos amigos de Lazzareschi, Hilal, Bolina & Rocha Advogados Paulo, Caio, Hilal, Rocha, Liliane e Eduardo pela compreensão, incentivo e, acima de tudo, pelos ensinamentos diários.

Aos amigos e companheiros de monitoria Lucas e Nina pelos cafés depois das aulas e pelo compartilhamento dos passos e dificuldades dessa trajetória.

Ao Professor Fernando Campos Scaff, pela oportunidade, pela disponibilidade, pelas valiosas observações na orientação deste trabalho e pelo exemplo de que, com algum inevitável sacrifício, é possível conciliar com seriedade a atividade acadêmica e o exercício da advocacia.

Aos Professores Marco Fábio Morsello e José Marcelo Martins Proença, que, integrando a banca de qualificação do mestrado, fizeram apontamentos decisivos para os rumos desse trabalho.

RESUMO

FRANCA, Bárbara Gomes Navas da. *A tutela civil do concorrente: a responsabilidade civil e suas consequências*. 184 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A dissertação analisa a concorrência desleal e outras formas de concorrência ilícita, como a concorrência sobre bases ilícitas, a concorrência ilícita *stricto sensu* e o antitruste, enfocando a responsabilidade civil decorrente desses ilícitos, com a análise dos requisitos de nexo causal, culpa (e sua dispensa no caso de abuso de direito) e dano. No que se refere ao dano, a dissertação analisa tanto o dano moral decorrente da concorrência ilícita, suas formas de reparação e critérios para quantificação da indenização, quanto o dano material, em especial, os lucros cessantes, verificando, nesse ponto, se há necessidade de efetiva comprovação ou se é possível presumir sua ocorrência, bem como quais são os parâmetros para cálculo da indenização devida. Por fim, a dissertação tratará do enriquecimento injustificado como forma de reação ao ilícito lucrativo, de forma conjugada com a responsabilidade civil.

Palavras-chave: responsabilidade civil, concorrência desleal, dano, indenização.

ABSTRACT

FRANCA, Bárbara Gomes Navas da. *The civil protection of the competitor: civil liability and its consequences*. 184 p. Thesis (Master) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The thesis analyzes unfair competition and other forms of illicit competition, such as competition on illicit basis, unfair competition *stricto sensu* and antitrust, focusing on civil liability arising from these illicit acts, with the analysis of the requirements of causal link, fault (and its exemption in case of abuse of right) and damage. With regard to damage, the thesis analyzes the moral damage resulting from unlawful competition, its forms of reparation and criteria for quantification of compensation, and material damage, in particular, loss of profits, verifying at that point if there is a need of effective proof or if it is possible to presume its occurrence, as well as what are the parameters for calculating the indemnity due. Finally, the thesis will deal with unjustified enrichment as a form of reaction to the profitable wrong, in conjunction with civil liability.

Keywords: civil liability, unfair competition, damages, indemnification.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. CONCORRÊNCIA DESLEAL: CONTEÚDO E FUNDAMENTO 23	
2.1. O objetivo da repressão à concorrência desleal	23
2.2. O interesse tutelado do concorrente	24
3. A CONCORRÊNCIA DESLEAL NA CONVENÇÃO DA UNIÃO DE PARIS	31
4. CONCORRÊNCIA DESLEAL NO DIREITO ESTRANGEIRO..	33
4.1. O Direito Comunitário Europeu	33
4.2. Direito espanhol	36
4.3. Direito português.....	39
4.4. Direito italiano	42
4.5. Direito francês	44
4.6. Direito chileno.....	47
4.7. Direito alemão	48
5. REGIME LEGAL BRASILEIRO	51
5.1. Concorrência desleal e infrações à ordem econômica – distinção e intersecções.....	58
5.2. Concorrência desleal e concorrência ilícita <i>stricto sensu</i>	61
5.3. Concorrência parasitária e aproveitamento parasitário	62
5.4. Concorrência sobre bases ilícitas	63
5.5. Unidade dos subtipos e utilidade da classificação entre as formas de concorrência ilícita <i>lato sensu</i>	75
6. PRESSUPOSTOS DE CARACTERIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ILÍCITA	77
6.1. O ilícito de concorrência desleal	77
6.1.1. O conteúdo da cláusula geral.....	78
6.1.2. Princípios auxiliares na concretização da cláusula geral.....	83
6.1.3. Elementos do ato de concorrência desleal.....	87
6.1.3.1. Relação de concorrência.....	87
6.1.3.2. Existência de clientela atual ou potencial e idoneidade para seu desvio.....	90
6.1.3.3. Deslealdade.....	91

6.2.	Outras modalidades de concorrência ilícita e seus requisitos	92
6.2.1.	Concorrência ilícita <i>stricto sensu</i>	93
6.2.2.	Concorrência sobre bases ilícitas.....	95
6.2.3.	Infrações à ordem econômica.....	95
7.	AS ORDENS DE TUTELA CONTRA A CONCORRÊNCIA ILÍCITA	101
8.	O DEVER DE REPARAR FUNDADO NO ATO DE CONCORRÊNCIA ILÍCITA	111
8.1.	Responsabilidade civil: conceitos e paradigmas	111
8.2.	A responsabilidade civil do concorrente	116
8.2.1.	Responsabilidade subjetiva ou responsabilidade objetiva?	117
8.2.2.	O nexo causal	122
8.2.3.	O dano	126
8.2.3.1.	Dano moral	127
8.2.3.1.1.	Formas de reparação: a indenização e a reparação <i>in natura</i>	133
8.2.3.2.	O dano material: lucros cessantes decorrentes da concorrência ilícita.....	136
8.2.3.2.1.	A necessidade de comprovação do dano	140
8.2.3.2.2.	A fixação da indenização por lucros cessantes na Lei nº 9.279/1996.....	152
8.2.4.	As propostas de tratamento do ilícito lucrativo dentro do contexto da responsabilidade civil.....	157
8.2.5.	A remoção do lucro ilícito por meio da conjugação do enriquecimento sem causa com a responsabilidade civil	162
8.2.6.	Outros parâmetros para cálculo da indenização	168
9.	CONCLUSÃO.....	171
	REFERÊNCIAS	175

1. INTRODUÇÃO

Presente na ordem constitucional brasileira desde 1934, a livre iniciativa, segundo dispõe o artigo 170 da Constituição Federal de 1988, é um dos pilares da ordem econômica, orientada pelo princípio da livre concorrência.

Quer isso dizer que, no Brasil, os agentes econômicos operam, em regra, em regime de liberdade¹, sendo-lhes reconhecido o direito de, através do emprego de meios legítimos, ingressar em certo mercado, nele disputar a preferência dos consumidores, competir “livremente por oportunidades de troca”², trazendo para si a clientela alheia.

O dano concorrencial emerge, assim, como algo *em si lícito* e até mesmo desejável. Em prol do consumidor e de uma progressiva melhora do patamar de bem-estar da sociedade, estimula-se a acirrada disputa entre os concorrentes, partindo da ideia de que a existência de concorrência – e de uma concorrência forte – impulsiona os empresários a, cada vez mais, aumentar sua eficiência e fornecer bens e serviços melhores, pelo menor preço³, sendo desejável que a conquista da clientela seja “sempre feita à custa dos concorrentes mais fracos e menos hábeis”⁴.

Por outro lado, justamente para privilegiar a eficiência⁵ e estimular os agentes a vencer a disputa concorrencial com base na melhora de sua prestação, promovendo os ganhos sociais daí decorrentes, surge a necessidade de se resguardar que o jogo concorrencial siga os padrões de *fair play*, ou seja, que a conquista da preferência dos consumidores e a prevalência no mercado⁶ ocorra mediante o emprego de meios *legítimos, leais*⁷.

¹ Liberdade consistente em poder o agente econômico “escolher seus próprios caminhos profissionais ou suas próprias atividades econômicas, com ausência de coação ou interferência do Estado” (ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de. *Abuso do direito e concorrência desleal*. São Paulo: Quartier Latin, 2004. P. 94).

² FORGIONI, Paula Andrea. *A evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado*. São Paulo: RT, 2009. P. 200.

³ Daí porque se costuma qualificar a concorrência como uma *externalidade positiva* (FORGIONI, Paula Andrea. *A evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado*. São Paulo: RT, 2009. P. 209).

⁴ CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. V. II. Tomo II. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010. P. 278.

⁵ BAPTISTA, Luiz Olavo. Origens do direito da concorrência. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, [S.l.], v. 91, p. 3-26, jan. 1996. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67325/69935>>. Acesso em: 12 de junho de 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v91i0p3-26>. P. 6.

⁶ Mercado que, como anota FORGIONI, se desenvolve “nos espaços deixados pelas regras jurídicas”, como um “reflexo dos princípios constitucionais que o delineiam” (FORGIONI, Paula Andrea. *Op. cit.* P. 204).

⁷ Conforme explica JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, “a ideia motriz da concorrência é a de que as prestações dos vários operadores econômicos se devem defrontar no mercado com o mínimo de constrangimentos, para que

É que, da tutela constitucional à livre concorrência decorre uma “garantia da disputa”⁸ concorrencial que abrange não apenas a possibilidade de “disputar trocas com os outros agentes econômicos”⁹, como também que esses agentes “não terão suas oportunidades de troca *indevidamente* subtraídas por terceiros”¹⁰.

Nesse contexto surge a repressão à concorrência desleal, conceituada pelo artigo 10 bis da Convenção da União de Paris como “ato de concorrência contrário aos usos honestos em matéria industrial ou comercial”, reprimível, em nosso Direito, através de normas penais que constituem, transportadas para o plano civil, atos de *concorrência desleal específica*¹¹ e por meio de tutela estritamente civil que, além dos atos de concorrência desleal específica, opera através da acima enunciada cláusula geral, denominada *concorrência desleal genérica*, consistente em atos “tendentes a prejudicar a reputação ou os negócios alheios, a criar confusão entre estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviço, ou entre os produtos e serviços postos no comércio”.

Esses atos, nos termos do artigo 209 da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), ensejam ao prejudicado o direito de haver o ressarcimento das perdas e danos, bem como de pleitear a cessação da prática lesiva (a “sustação da violação ou de ato que a enseje”, nos termos do §1º do referido artigo).

À exceção do artigo 210 da Lei de Propriedade Industrial, que estabelece os critérios para reparação de um dos possíveis (e mais frequentes) danos causados pelo ato de concorrência desleal – os lucros cessantes decorrentes do desvio de clientela desonestamente obtido –, toda a responsabilidade civil por concorrência desleal se assenta sobre as normas gerais da responsabilidade civil aquiliana¹².

O fato de a base do ilícito se assentar em uma cláusula geral torna muito mais complexa a tarefa de qualificar um ato de concorrência como ilícito. Afinal,

vença o melhor. [...] Se a vitória for devida a outros factores, que não a superioridade da própria oferta, contributo ou prestação (particularmente através do binómio qualidade/preço) a concorrência é falseada.” (ASCENSÃO, José de Oliveira. O princípio da prestação: um novo fundamento para a concorrência desleal? In: ASCENSÃO, José de Oliveira, *et. al. Concorrência Desleal*. Coimbra: Almedina, 1997. Pp. 7-40. P. 9).

⁸ FORGIONI, Paula Andrea. *A evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado*. São Paulo: RT, 2009. P. 208.

⁹ FORGIONI, Paula Andrea. *Op. cit.* P. cit.

¹⁰ FORGIONI, Paula Andrea. *Op. cit.* P. cit.

¹¹ CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. V. II. Tomo II. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010. P. 280.

¹² BITTAR, Carlos Alberto. *Teoria e prática da concorrência desleal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. P. 51; CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. V. II. Tomo II. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010. P. 290.

algum grau de agressividade, de ousadia, é encontrável, esperado e até mesmo aceito nos mercados e o dano gerado não é, em si, ilícito, recaindo a ilicitude sobre os *meios* empregados para seu atingimento. A questão reside, portanto, em saber qual o grau tolerável de agressividade dos agentes econômicos e quando ele extrapola os limites impostos pelo padrão de usos honestos.

Essa questão, então, nos levará à primeira parte dessa dissertação, voltada à análise do ilícito de concorrência desleal e à busca dos critérios que devem nortear o aplicador do Direito na concretização da cláusula geral de repressão à concorrência desleal. Para tanto, serão analisados não apenas o tratamento dado à concorrência desleal pela Convenção da União de Paris e pela Lei de Propriedade Industrial, mas também como o tema é regulado no Direito estrangeiro, em especial, na União Europeia (Espanha, Portugal, Itália, França e Alemanha), analisando-se, ainda, em que medida outros atos ilícitos (penais, ambientais, trabalhistas, tributários, etc.) e o parasitismo podem caracterizar ato de concorrência genericamente referida como ilícita.

Com isso, busca-se delimitar o campo de atuação da repressão à concorrência desleal e elencar, para cada subtipo de ato de concorrência ilícita, os requisitos necessários para a tutela do concorrente que, lesado, busque a cessação da prática ilícita e a reparação dos prejuízos que houver suportado.

As peculiaridades da concorrência ilícita não se limitam, no entanto, à complexidade do ato ilícito (e suas distintas manifestações). Também nesse âmbito de aplicação da responsabilidade civil – pouco estudado sob enfoque civilista – se observa uma tendência de imprimir à indenização novas funções, mormente a prevenção e a punição, de transmutar a responsabilidade civil de um direito dos danos para um direito das condutas lesivas, que, no entanto, não corresponde à atual conformação que a lei confere à responsabilidade civil, merecendo análise atenta.

Primeiro, porque tais novos paradigmas ainda se assentam sobre terreno de areia movediça: nossa legislação, como adiantado, ainda tem por parâmetro o dano, não mais do que o dano, não menos do que o dano (o conhecido princípio da reparação integral¹³), sendo vedado, pela Constituição, a imposição de pena sem prévia cominação

¹³ A esse respeito, segundo explica PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO, “a indenização deve guardar equivalência com a totalidade do dano causado, mas não pode ultrapassá-lo para que também não sirva de causa para o seu enriquecimento injustificado, constituindo os prejuízos efetivamente sofridos pelo lesado o

legal. Paralelamente a isso, a jurisprudência tampouco já se estabilizou no sentido de oferecer critérios objetivos e seguros para a quantificação de uma indenização de cunho preventivo ou punitivo, sendo frequente identificar algo de aleatório na fixação das indenizações, o que pode comprometer a segurança jurídica.

Segundo, porque parte dos problemas que os chamados novos paradigmas procuram resolver – como o do ilícito lucrativo – podem ser resolvidos através de mecanismos já existentes na legislação geral e relegados a segundo plano, como a restituição por enriquecimento sem causa, bem como, na concorrência desleal, por meio dos específicos critérios de fixação da indenização estabelecidos no artigo 210 da Lei nº 9.279/1996.

Nesse ponto, há que se considerar, ainda, certa imprecisão da legislação brasileira ao tratar da quantificação dos assim chamados lucros cessantes provocados por ato de concorrência desleal. Ao dispor que os lucros cessantes serão mensurados pelo critério mais favorável ao lesado, dentre os quais (i) os benefícios que o prejudicado teria auferido se a violação não tivesse ocorrido; ou (ii) os benefícios que foram auferidos pelo autor da violação do direito; ou (iii) a remuneração que o autor da violação teria pago ao titular do direito violado pela concessão de uma licença que lhe permitisse legalmente explorar o bem, está o artigo 210 da Lei nº 9.279/1996 ou tratando no âmbito da responsabilidade civil questão atinente à restituição por enriquecimento sem causa (a diferença entre dano e enriquecimento que se denomina “lucro da intervenção”¹⁴) ou flexibilizando a avaliação do nexo de causalidade de modo a considerar que toda a receita auferida pelo lesante necessariamente decorreu de clientela desviada do concorrente, o que nem sempre corresponderá à verdade.

Por outro lado, quanto à dificuldade de prova do dano, não se pode perder de vista a existência de mecanismos processuais de facilitação da defesa, como o

parâmetro para avaliação concreta da indenização” (SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Princípio da Reparação Integral*: indenização no Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2010. P. 57).

¹⁴ Conceituado como “lucro obtido por aquele que, sem autorização, interfere nos direitos ou bens jurídicos de outra pessoa e que decorre justamente desta intervenção” (SAVI, Sérgio. *Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa*: o lucro da intervenção. São Paulo: Atlas, 2012. P. 7)

pedido de exibição de documentos, a utilização das presunções judiciais e a distribuição dinâmica do ônus probatório¹⁵.

Ainda nesse contexto, emergem questões como o abrandamento do nexo causal e a presunção do dano, discutíveis tanto no que se refere ao dano material, quanto ao dano moral. A culpa, por sua vez, pode, em alguns tipos de ato de concorrência desleal, se considerar até mesmo dispensada, diante da possibilidade de enquadramento conceitual do ilícito como abuso de direito (outro ponto de debate).

Cada um dos requisitos da responsabilidade civil aquiliana é, pois, em matéria de concorrência ilícita, tratado pela doutrina e pela jurisprudência com peculiaridades, que serão analisadas nessa dissertação com a finalidade de perquirir se, de fato, as aventadas notas distintivas se justificam e se são conformes ao nosso Direito.

Por outro lado, a própria finalidade do ato de concorrência ilícita – o desvio de clientela – traz ínsita a noção de um ilícito lucrativo. Sob essa perspectiva, não se pode ignorar a relevância da figura do enriquecimento sem causa para uma análise completa do fenômeno, que, sob pena de se estimular as práticas ilícitas, deve ser coibido a contento. Assim, a terceira parte do estudo será direcionada ao enriquecimento sem causa e como o instituto pode contribuir para dar resposta ao lucro indevidamente obtido pelo concorrente.

Como se percebe, os aspectos que envolvem a responsabilidade civil por concorrência ilícita estão longe de ser simples e mereciam tratamento mais completo pela legislação e mais aprofundado estudo doutrinário¹⁶, independentemente do caráter subsidiário que a concorrência desleal tenha em relação aos direitos de propriedade intelectual no que diz respeito à tutela dos agentes econômicos, já que tal seara é fundamento frequente nas demandas travadas entre empresas atuantes no mesmo segmento de mercado, cumpre papel que lhe permite cobrir vasta gama de situações de abuso no exercício da livre

¹⁵ Atualmente, a teoria da carga dinâmica do ônus da prova encontra-se positivada pelo Código de Processo Civil de 2015, mas, mesmo na vigência do código anterior, a jurisprudência e a doutrina já a admitiam nas ações de responsabilidade civil. Por meio de tal teoria, pode o juiz atribuir o ônus probatório à parte que maior facilidade tiver para demonstrar determinados fatos discutidos na causa. (THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. V. I. 56ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 885).

¹⁶ Como ressaltou GAMA CERQUEIRA já há bastante tempo, mas cujas observações ainda hoje se aplicam, “Não possuímos, a bem dizer, uma noção legal ou doutrinária do que se convencionou denominar concorrência desleal, como não se acham também fixados os princípios gerais de sua repressão. A doutrina ainda não investigou convenientemente esse recanto quase ignorado do nosso direito e a jurisprudência, por seu turno, escassa e bastante casuística, poucos subsídios oferece para fixar o conceito dessa forma anômala da concorrência, os seus elementos essenciais e o próprio fundamento de sua repressão” (CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. V. II. Tomo II. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010. P. 276).

concorrência e é capaz de se tornar um mecanismo privado para proporcionar maior efetividade a diversos valores da nossa ordem jurídica, tais como o meio ambiente saudável e o valor social do trabalho.

Daí ser oportuna a análise, com enfoque civil, da concorrência ilícita, com o estudo de seus aspectos de responsabilidade civil e da possibilidade de atuação subsidiária da restituição por enriquecimento sem causa como forma de promover a mais completa possível remoção das consequências do ilícito sem para tanto distorcer as conformações da responsabilidade civil.

9. CONCLUSÃO

Iniciamos o presente trabalho expondo os objetivos mediatos e imediatos da concorrência desleal e analisando qual interesse do concorrente seria objeto de tutela. Conforme observamos, tem-se, nessa seara, o objetivo imediato de proteger o concorrente individualmente considerado, proteção essa que, de forma indireta, mediata, acaba por resguardar os interesses dos consumidores e da sociedade como um todo.

Quanto ao interesse tutelado, afastando a ideia de que haveria um direito subjetivo do concorrente sob proteção, verificamos que a concorrência desleal resguarda a lealdade da concorrência em relação à expectativa de lucro correspondente ao exercício da atividade em conformidade com o padrão de usos honestos.

Observamos, ainda, que, a despeito do viés individual e privatista em que se assenta, a tutela do concorrente pode ser instrumento para a promoção de outros valores, como a tutela do mercado, do valor social do trabalho, do meio ambiente saudável, dentre outros. Isso porque, a par da disciplina da concorrência desleal, fundada na adoção de meios ilegítimos para alcançar o desvio de clientela (dano que, em si, é tolerado, somente dando ensejo à reparação quando adotados meios espúrios para seu atingimento), tem o concorrente à sua disposição uma tutela individual contra os prejuízos decorrentes de ilícitos antitruste, bem como de ilícitos que aqui propusemos denominar *concorrência sobre bases ilícitas*, assim considerada a prática de, mediante o descumprimento de normas tributárias, ambientais, trabalhistas, consumeristas ou de qualquer outra ordem cuja observância acarrete custos no processo produtivo, reduzir artificialmente o custo de produção, com isso adquirindo vantagem competitiva inadmissível.

Da análise das conformações da concorrência desleal na Convenção da União de Paris, no direito estrangeiro e na legislação brasileira, observamos que a tutela do concorrente opera com fundamento em uma cláusula geral, orientada por conceitos indeterminados como “usos honestos”, “correção profissional”, “boa-fé”, “lealdade”, e que se completa com a (também cláusula geral) noção de abuso de direito, enquanto exercício de um direito (aqui, uma *liberdade*) com manifesto excesso em relação aos fins econômicos e sociais, à boa-fé e aos bons costumes.

Como auxiliares na concretização dessas cláusulas gerais, apontamos a utilidade dos princípios da prestação e da eficiência e dos princípios fundantes da ordem econômica.

Tivemos a ocasião de apontar, ainda, quais os elementos dos atos de concorrência ilícita (conceito mais geral no qual incluímos as subespécies de (a) “concorrência ilícita *stricto sensu*”, caracterizada pelo exercício de concorrência proibida por lei ou convenção; (b) “concorrência sobre bases ilícitas”; (c) concorrência desleal; e (d) infrações à ordem econômica), expondo, ato contínuo, quais os requisitos para a configuração de cada um desses ilícitos.

Em seguida, expusemos quais as sanções conferidas pela ordem jurídica a esses ilícitos, mencionando a tutela administrativa das infrações à ordem econômica, a tutela penal dos atos de concorrência desleal tipificados na Lei nº 9.279/1996 e, no plano civil, as tutelas inibitória e indenizatória.

Ressaltamos, no que se refere à tutela civil, que a tutela inibitória, voltada à prevenção do dano e cessação da conduta ilícita, contenta-se com a mera caracterização do ilícito e sua potencialidade danosa, não exigindo a concretização de um dano para sua atuação. Chamamos atenção, ainda, para o fato de que a tutela inibitória não se insere na responsabilidade civil, não sendo conveniente a proposta doutrinária que cogita incluir, na responsabilidade civil, as medidas inibitórias, para tanto deixando de considerar o dano como requisito essencial para que a responsabilidade civil entre em ação.

Ponderamos, nesse ponto, não ser necessário, nem conveniente, nem metodologicamente adequado agigantar a responsabilidade civil, sendo preferível reconhecer o caráter material – e não estritamente processual – da tutela inibitória como uma sanção civil autônoma, reservando para a responsabilidade civil apenas a sanção indenizativa, atuante exclusivamente nos casos em que houver dano a reparar.

Na sequência, expusemos os contornos gerais da responsabilidade civil, que entendemos como ramo do direito civil destinado a reparação dos danos. Sob essa concepção, entendemos pela predominância do paradigma reparatório, reconhecendo que a responsabilidade civil promove também as funções preventiva e punitiva, mas como reflexos da imputação do dever de reparar o dano injustamente causado por conduta antijurídica.

Demonstramos que, à exceção da concorrência ilícita *stricto sensu*, que é hipótese de responsabilidade civil subjetiva, as demais formas de concorrência ilícita (desleal, sobre bases ilícitas e infrações à ordem econômica) ensejam responsabilidade civil objetiva, no caso das infrações à ordem econômica, por disposição legal expressa que dispensa a culpa e, no caso das demais, porque o ilícito se insere na noção de abuso de direito.

Concluimos pela reparabilidade dos danos morais sofridos pela pessoa jurídica, por reconhecer que recebe ela a proteção dos direitos de personalidade que lhe forem compatíveis, de modo que a lesão à sua reputação, repecurta ou não de modo imediato no patrimônio, caracterizará lesão autônoma passível de reparação.

Quanto aos danos materiais, salientamos que podem eles se manifestar como danos emergentes ou lucros cessantes, devendo, em qualquer caso, ser perquirida sua efetiva ocorrência, sob pena de não se caracterizar o dever de indenizar, não bastando a mera potencialidade lesiva para tanto. Ponderamos, nesse ponto, que a frequente dificuldade probatória pode ser contornada através dos mecanismos de dinamização do ônus da prova, utilização de presunções judiciais fundadas nas máximas de experiência, ou seja, naquilo que normalmente acontece, bem como na redução do *standard* probatório, exigindo-se prova menos robusta quando as dificuldades de sua produção forem consideráveis.

A respeito dos lucros cessantes, analisamos o artigo 210 da Lei nº 9.279/1996, apontando certa inadequação do critério constante do inciso II para a generalidade dos casos, sugerindo que ele seja empregado de modo irrestrito apenas nos casos em que se puder entender que a clientela migrou do lesado para o lesante, não tendo o ato de concorrência ilícita proporcionado lucro ao ofensor com o prejuízo de mais de um concorrente. Nos casos em que o lucro do ofensor se originar da lesão aos interesses de mais de um competidor, propusemos, como alternativa para contornar a distorção que a aplicação irrestrita do inciso II da referida norma acarretaria, a utilização do *market share* (percentual de participação do lesado no mercado) como multiplicador destinado a restringir os lucros cessantes calculados pelo lucro obtido pelo ofensor à proporção da fatia de mercado do lesado.

Por fim, analisamos as formas de tratamento do ilícito lucrativo, concluindo que a melhor maneira de cuidar do assunto se dá pela conjugação da responsabilidade civil com a restituição por enriquecimento sem causa, assinalando, no

entanto, que a restituição do lucro ilícito que sobejar o valor do dano, no caso de concorrência ilícita que atinja mais de um concorrente deverá ser proporcional ao *market share* do lesado.

A matéria, como se viu, é espinhosa e demanda evolução e estudo constantes, tendo em vista que a criatividade do agente econômico em desafiar as fronteiras da lealdade não cessa.

Além disso, no contexto atual, pode-se pensar na tutela individual do concorrente como mais um instrumento de promoção dos valores perseguidos pela ordem jurídica e que não apenas limitam, como servem de fundamento à liberdade de concorrência. A disciplina civil da concorrência ilícita pode, assim, observadas as funções, finalidades, pressupostos e limites da responsabilidade civil, da tutela inibitória e da restituição por enriquecimento sem causa, dar sua contribuição para a regulação do comportamento dos agentes no mercado, moldando o padrão aceitável de exercício da liberdade de concorrência.

REFERÊNCIAS⁴³³

ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de. *Abuso do Direito e Concorrência Desleal*. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas conseqüências*. 4ª ed. atual. São Paulo: Saraiva 1972.

AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 6ª ed. rev., atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

AMIEL-DONAT, Jacqueline. Concurrence déloyale: inefficacité d'une contractualisation et nécessité de prouver le caractère déloyal des moyens utilisés. In: *Revue Judiciaire de l'Ouest*, 1986-1. pp. 25-46. DOI: 10.3406/juro.1986.1365. Disponível em <http://www.persee.fr/doc/juro_0243-9069_1986_num_10_1_1365>. Acesso em 15/09/2015.

ANDRADE, André Gustavo de. *Dano moral e indenização punitiva: os punitive damages na experiência do Common Law e na perspectiva do Direito Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009.

ASCARELLI, Tullio. *Teoría de la Concurrencia y de los Bienes Inmateriales*. Trad. de E. Verdera e L. Suárez-Llanos. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1970.

_____. *Panorama do Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 1947.

ASCENSÃO, José de Oliveira; et. al. *Concorrência desleal*. Coimbra: Almedina, 1997.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil*. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *O direito como sistema complexo e de segunda ordem; sua autonomia. Ato nulo e ato ilícito. Diferença de espírito entre responsabilidade civil e penal. Necessidade de prejuízo para haver direito de indenização na responsabilidade civil*. In: *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 2, n. 3, jul.-set./2013. Disponível em:

⁴³³ De acordo com as normas do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

<http://civilistica.com/o-direito-como-sistema-complexo-e-de-segunda-ordem/>. Data de acesso: 11/11/2016.

_____. *Estudos e pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *Novos estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Origens do direito da concorrência. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, [S.l.], v. 91, p. 3-26, jan. 1996. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67325/69935>>. Acesso em: 12 de junho de 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v91i0p3-26>.

BHOJWANI, Rashna. *Deterring global bribery: where public and private enforcement collide*. In: *Columbia Law Review*, v. 112:66, 2012. Pp. 66-111.

BITTAR, Carlos Alberto. *Teoria e prática da concorrência desleal*. Atualizado por Carlos Alberto Bittar Filho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BONELL, Michael Joachim; MEYER, Olaf (Coord.). *The impact of corruption on international commercial contracts*. Londres: Springer, 2015.

BOULOS, Daniel M. *Abuso do direito no novo Código Civil*. São Paulo: Método, 2006.

BUCHAIN, Luiz Carlos. *O poder econômico e a responsabilidade civil concorrencial*. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.

BULZICO, Bettina Augusta Amorim. Evolução da regulamentação internacional da propriedade intelectual e os novos rumos para harmonizar a legislação. In: *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, v.1, n.1 (jan./jun. 2007), Curitiba: UniBrasil, 2007. Online: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/93/92>, acesso em 12 de junho de 2016.

CAMBI, Eduardo. *A prova civil: admissibilidade e relevância*. São Paulo: RT, 2006

CARRIÓ, Genaro R. *Notas sobre derecho y lenguaje*. 3ª ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1986.

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. *Responsabilidade civil sem dano: uma análise crítica – limites epistêmicos a uma responsabilidade civil preventiva ou por simples conduta*. São Paulo: Atlas, 2015.

CARPES, Arthur Thompsen. *A prova do nexo de causalidade na responsabilidade civil*. São Paulo: RT, 2016.

CARVALHO, Nuno Pires de. *A propriedade intelectual como fator de diferenciação e o papel fundamental que desempenha para assegurar a livre concorrência*. In: *Revista dos Tribunais*, v. 968/2016, pp. 255-287, jun./2016.

CASELTA, Daniel Costa. *Responsabilidade civil por danos decorrentes da prática de cartel*. São Paulo: Singular, 2016.

CASTRO, Marcello Soares. A trajetória jurisprudencial das técnicas processuais de proteção dos direitos de propriedade industrial. *Revista de Processo*, v. 217, p. 373, mar., 2013.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 9ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. V. II. Tomo II. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010.

CIANCI, Mirna. *O valor da reparação moral*. São Paulo: Saraiva, 2003.

COMPARATO, Fabio Konder. Concorrência desleal. In: *Revista dos Tribunais*, n. 374, p. 29-35, jan. 1967.

DEL RÍO, Cristián Banfi. Acerca de la imputación de responsabilidad civil por ilícitos anticompetitivos entre rivales en Chile. *Revista Chilena de Derecho*, v. 41, n. 1, pp. 37-58, 2014.

DORANDEU, Nicolas. *Le dommage concurrentiel*. Nouvelle édition [online]. Perpignan: Presses universitaires de Perpignan, 2000 (généré le 28 octobre 2015). Disponível em <<http://books.openedition.org/pupvd/1946>>. ISBN: 9782354121990.

DUTOIT, Bernard. O direito da concorrência desleal e a relação de concorrência: dupla indissociável? Uma perspectiva comparativa. *Revista dos Tribunais*, v. 717, p. 7, jul., 1995.

DUVAL, Hermano. *Concorrência Desleal*. São Paulo: Saraiva, 1976.

EBERLIN, Fernando Büscher Von Teschenhausen. O concorrente como consumidor equiparado. In: *Revista de Direito do Consumidor*, v. 66, abr-jun/2008, pp. 9-35.

FABBRI Junior, Helio. Responsabilidade civil: dano moral oriundo das relações concorrenciais. In: *Revista da ABPI*, nº 3, mai.-jun./1992, pp. 114-120.

FERREIRA, Vanessa Rocha; RODRIGUES, Leonardo Nascimento. Dumping social trabalhista: a concorrência desleal e a violação aos direitos dos trabalhadores. In: *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 14, jul-dez/2014, pp. 217-230, DOI <http://dx.doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v14n27p217-230>.

FORGIONI, Paula Andrea. *Fundamentos do Antitruste*. 4ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2010.

_____; GRAU, Eros Roberto. *O Estado, a empresa e o contrato*. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. *A evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado*. São Paulo: RT, 2009.

FRADA, Manuel A. Carneiro da. *Direito Civil, Responsabilidade civil: o método do caso*. Coimbra: Almedina, 2010.

FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. Dano moral e pessoa jurídica. In: RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; MAMEDE, Glaston; ROCHA, Maria Vital da (Coord.). *Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Silvio de Salvo Venosa*. São Paulo: Atlas, 2011. Pp. 553-561.

FROTA, Paulo Mont'Alverne. O dumping social e a atuação do juiz do trabalho no combate à concorrência empresarial desleal. In: *Revista LTr*, v. 78, nº 2, fev./2014.

GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GRAUSO, Maria P. *La concorrenza sleale: profili di tutela giurisdizionale e preso le Authority*. Milano: Griuffré Editore, 2007.

HAINES, Charles Grove. Efforts to define unfair competition. In: *Yale Law Journal*, v. XXIX, n. 1, nov. 1919.

HANDLER, Milton. Unfair competition. In: *Iowa Law Review*, v. XXI, jan.-1936, n. 2, pp. 175-262.

HIGA, Flávio da Costa. *Responsabilidade civil punitiva: os “punitive damages” no Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HILTY, Reto M.; BODEWIG, Frauke Henning (Coord.). *Law against unfair competition: towards a new paradigm in Europe?* Munich: Springer, 2007.

JABUR, Wilson Pinheiro. Pressupostos do ato de concorrência desleal. In: JABUR, Wilson Pinheiro; SANTOS, Manoel J. Pereira (Coord.). *Propriedade intelectual: criações industriais, segredos de negócio e concorrência desleal*. São Paulo: Saraiva, 2007. Pp. 337-382.

JAEGER JUNIOR, Augusto; CRAVO, Daniela Copetti. A consagração dos litígios privados na União Europeia: difundindo o direito da concorrência e reparando as vítimas consumeristas. In: *Revista de Direito do Consumidor*, v. 96, nov./2014.

LECOURT, Arnaud. *La concurrence déloyale*. 2ª ed. Paris: L'Harmattan, 2004.

LEITÃO, Adelaide Menezes. *Estudo de Direito Privado sobre a Cláusula Geral de Concorrência Desleal*. Coimbra: Almedina, 2000.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. *O enriquecimento sem causa no Direito Civil: estudo dogmático sobre a viabilidade da configuração unitária do instituto face à contraposição entre as diferentes categorias de enriquecimento sem causa*. Coimbra: Almedina, 2005.

LEVY, Daniel de Andrade. *Responsabilidade Civil: de um direito dos danos a um direito das condutas lesivas*. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, João Batista. *A prova no Direito Processual Civil*. 3ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

LOPEZ, Teresa Ancona. *Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LOUREIRO, Luiz Guilherme de A. V. *A Lei da Propriedade Industrial Comentada*. São Paulo: LEJUS, 1999.

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque; AZEVEDO, Paulo Furquim; FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio (Coord.). *Direito regulatório e concorrencial no Poder Judiciário*. São Paulo: Singular, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela contra o ilícito: inibitória e de remoção – art. 497, parágrafo único, CPC/2015*. São Paulo: RT, 2015.

MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 8ª ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: RT, 2016.

MARTINS-COSTA, Judith. Os campos normativos da boa-fé objetiva: as três perspectivas do direito privado brasileiro. In: AZEVEDO, Antônio Junqueira de; TÔRRES, Heleno Taveira; CARBONE, Paolo (Coord.). *Princípios do novo Código Civil brasileiro e outros temas: homenagem a Tullio Ascarelli*. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010. Pp. 394-427.

_____. *A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação*. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: Plano da existência*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MENDONÇA, Diogo Naves de. *Análise Econômica da Responsabilidade Civil: o dano e a sua quantificação*. São Paulo: Atlas, 2012.

MIRAGEM, Bruno. *Abuso do direito: proteção da confiança e limite ao exercício das prerrogativas jurídicas no Direito Privado*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MO, Donna. Unhappy cows and unfair competition: using unfair competition laws to fight farm animal abuse. In: *52 UCLA Law Review*, 2004-2005. Pp. 1313-1357.

NEGRÃO, Ricardo. *Manual de Direito Comercial e de Empresa: Teoria geral da empresa e direito societário*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOGUEIRA JUNIOR, Edgard. *Lucros cessantes: análise das medidas de mensuração contábil utilizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*. 2013. 139 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PACÍFICO, Luiz Eduardo Boaventura. *O ônus da prova no Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2000.

PAES, P. R. Tavares. *Propriedade industrial*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1987.

PAÚL, Jorge Patrício. *Concorrência desleal e direito do consumidor*. Disponível em <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=45650&ida=45680>. Acesso em 11/04/2016.

PELUSO, Cezar (Coord.). *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 10ª ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2016.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. *Defesa da concorrência e bem-estar do consumidor*. São Paulo: RT, 2015.

PÜSCHEL, Flavia Portella. Funções e princípios justificadores da responsabilidade civil e o artigo 927, § único do Código Civil. In: *Revista Direito GV*, v. 1, n. 1, pp. 91-107, mai-2005.

REALE, Miguel. *O Projeto do Novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 1999.

REIS, Clayton. *Dano moral*. 4ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

REIS, Iuri. *Danos patrimoniais: uma perspectiva pragmática*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2017.

REIS, Nuno Trigo dos; SILVA, Paula Costa e. A prova difícil: da probatio levior à inversão do ônus da prova. *Revista de Processo*, v. 222, p. 149, ago. 2013.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 1º vol. 28ª ed. rev. e atual. por Rubens Edmundo Requião. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSENVALD, Nelson. *As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil*. São Paulo: Atlas, 2012.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito Concorrencial*. São Paulo: Malheiros, 2013. P. 66.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Princípio da Reparação Integral*: indenização no Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. O dumping social nas relações de trabalho: formas de combate. In: *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, nº 48, jan.-jul./2016, pp. 73-89.

SARMENTO, Léa Helena Pessoa dos Santos. A tutela dos direitos de propriedade industrial pela responsabilidade civil. In: *Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, v. 8, 6113-6182, 2014. Disponível em <http://cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2014/08/2014_08_06113_06182.pdf>. Acesso em 02/04/2016.

SAVI, Sérgio. *Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa*: o lucro da intervenção. São Paulo: Atlas, 2012.

SCAFF, Fernando Campos. *Teoria geral do estabelecimento agrário*. São Paulo: RT, 2001.

_____; LEMOS, Patricia Faga Iglesias. Da culpa ao risco na responsabilidade civil. In: RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; MAMEDE, Gladston; ROCHA, Maria Vital da (Coord.). *Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Silvio de Salvo Venosa*. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Direito civil e Constituição*. São Paulo: Atlas, 2013.

SCHUHMACHER, Wolfgang. The unfair commercial practices directive. In: HILTY, Reto M.; HENNING-BODEWIG, Frauke. *Law against unfair competition: towards a new paradigm in Europe?* Berlim: Springer, 2007. Pp. 127-137.

SERPA, Pedro Ricardo e. *Indenização Punitiva*. 2011. 386 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

SERRA, Yves. *L'obligation de non concurrence*. Paris: Sirey, 1970.

SILVEIRA, Newton. *Estudos e pareceres de propriedade intelectual*. IBPI, 2017.

STEVENS, William Harrison Spring. *Unfair competition: a study of certain practices*. Chicago: The University of Chicago Press.

TEPEDINO, Gustavo. Nexo de causalidade: conceito, teorias e aplicação na jurisprudência brasileira. In: RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; MAMEDE, Glaston; ROCHA, Maria Vital da (Coord.). *Responsabilidade civil contemporânea: em homenagem a Silvio de Salvo Venosa*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. O futuro da responsabilidade civil. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*, v. 24, 2004. Disponível online em <<http://www.tepedino.adv.br/wpp/wp-content/uploads/2012/09/RTDC.Editorial.v.024.pdf>>. Acesso em 01.11.2017.

TERRA, Aline de Miranda Valverde; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. Considerações acerca da exclusão do lucro ilícito do patrimônio do agente ofensor. In: *Revista da Faculdade de Direito-RFD-UERJ*, n. 28, dez.-2015.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. V. I. 56ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TOPORKOFF, Michel. *Droit de la concurrence déloyale*. Paris: Gualino éditeur, 2010.

TUNC, André. Unfair Competition: French and European Approaches. In: *Monash University Law Review*, nº 34, 1974-1975, Australia, Pp. 34-52.

VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. V. I. 10ª ed. Coimbra: Almedina, 2008.

VENTURI, Thaís Goveia Pascoaloto. *Responsabilidade civil preventiva: a proteção contra a violação dos direitos e a tutela inibitória material*. São Paulo: Malheiros, 2014.

VINCELLES, Carole Aubert de. Le code de la consommation à l'épreuve de nouvelles notions: l'exemple des pratiques commerciales déloyales. In: VINCELLES, Carole Aubert de; SAUPHANOR-BROUILLAUD, Natacha (Coord.). *Les 20 ans du code de la consommation: Nouveaux enjeux*. Cerjy-Pontoise: LEJEP, 2013. PP. 19-38.

VINEY, Geneviève. *Traité de Droit Civil: Les obligations – La responsabilité: effects*. Paris: LGDJ, 1988.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS:

Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado – Ministerio de la Presidencia – Gobierno de España: <<https://www.boe.es/>>

EUE-LEX – Access to European Union Law: < <http://eur-lex.europa.eu> >

Fiscalia Nacional Economica – Gobierno de Chile: <<http://www.fne.gob.cl>>

LegiFrance – <<https://www.legifrance.gouv.fr>>

Palácio do Planalto – Presidência da República Federativa do Brasil: < <http://www2.planalto.gov.br/> >

Procuradoria Geral-Distrital de Lisboa – Ministério Público: < <http://www.pgdlisboa.pt/l>>